



III Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica
III EnICT
ISSN: 2526-6772
IFSP – Câmpus Araraquara
19 e 20 de Setembro de 2018



PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: LEVANTAMENTO DAS CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E GESTORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I E II DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE EPITÁCIO

LAIS FERNANDES SILVA¹, PROF. DR. KARLA PAULINO TONUS²

¹ Graduando em Pedagogia, Bolsista PIBIFSP, IFSP Campus de Presidente Epitácio, lais.jl@icloud.com

² Professora/orientadora do curso de Pedagogia, IFSP Campus de Presidente Epitácio, tonuskarla@gmail.com

Área de conhecimento (Tabela CNPq): Psicologia Educacional – 7.08.01.06-1

RESUMO: Autores retratam um crescente aumento no número de crianças medicalizadas a partir de análises de TDAH e outras circunstâncias pretensamente incumbidos pela não aprendizagem daqueles que não correspondem ao ideal de bons alunos (COLLARES, C. L. & MOYSÉS, M. A. A. 1994, 1996, COLLARES, C. L., MOYSÉS, M. A., RIBEIRO, M.C.F. (orgs), 2013).

Os mesmos autores (idem) apontam que professores e familiares buscam nos diagnósticos médicos a solução para a complexidade de alunos em aprender e se adaptar, assim, a patologização dos impasses escolares tem justificado a exclusão de alunos do sistema escolar.

É preciso questionar a patologização como justificativa para o fracasso escolar e opor a ela argumentos pedagógicos e culturais que possam ser superados a fim de que a responsabilidade pelo fracasso escolar deixe de ser uma possível condição biológica do aluno; é preciso tratar pedagogicamente as questões que são de cunho pedagógico.

Com este projeto, pretende-se realizar um levantamento sobre a concepção que professores e gestores de escolas de ensino fundamental I e II do município de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo, apresentam sobre patologização e medicalização, bem como o conhecimento sobre alguns projetos de lei sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: diagnóstico; família; fracasso escolar; infância; sociedade; transtornos;

INTRODUÇÃO

A medicalização de crianças em idade escolar tem apresentado um aumento significativo por conta dos diagnósticos de TDAH e outros transtornos usados como justificativas para a não aprendizagem de alunos que não são considerados exemplares, segundo alguns autores (COLLARES, C. L. & MOYSÉS, M. A. A. 1994, 1996, COLLARES, C. L., MOYSÉS, M. A., RIBEIRO, M.C.F. (orgs), 2013). Professores e famílias buscam, por meio de diagnósticos médicos, uma resposta para os alunos que fracassam e apresentam dificuldade de adaptação. Para os mesmos autores (idem), a patologização e a medicalização representam um avanço das explicações organicistas para os problemas sociais e escolares, transformando-os em doenças. É preciso indagar essa prática e buscar no meio social e escolar a resposta para o fracasso escolar, assim, compartilhamos com autores a compreensão de que os problemas da escola devem ser resolvidos com medidas educacionais. De tal modo, os professores precisam entender os aspectos que encobrem tal prática.

Objetivo Geral: Identificar o conhecimento e a concepção que professores e gestores do ensino fundamental I e II do município de Presidente Epitácio apresentam sobre a relação entre fracasso escolar,

patologização e medicalização, bem como sobre projetos de lei que tratam desse assunto e a Lei 13.438/2017.

Métodos: Este projeto de iniciação científica será realizado por meio de pesquisa exploratória, a partir de pesquisa bibliográfica e estudo de campo, com entrevistas estruturadas e aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas a professores e gestores do ensino fundamental I e II, do município de Presidente Epitácio, estado de São Paulo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sociedade contemporânea vive um processo de medicalização em vários segmentos da vida: pessoal, profissional, escolar... No Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (2010) lê-se que a medicalização representa “o processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. Problemas de diferentes ordens são apresentados como “doenças”, “transtornos”, “distúrbios” que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos. Nesse processo, que gera sofrimento psíquico, a pessoa e sua família são responsabilizadas pelos problemas, enquanto governos, autoridades e profissionais são eximidos de suas responsabilidades”.

No prefácio do livro “Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na Era dos Transtornos” (2013), Angelucci (p. 10-12) nos apresenta três pontos interligados que explicam a dinâmica da sociedade e seus impactos na subjetividade. O primeiro deles é que o modo de vida na sociedade contemporânea nos faz adoecer por meio de jornadas exaustivas (de adultos e crianças); a vida acelerada e atarefada, com constantes imposições de metas cada vez mais altas, é a vida produtiva proclamada como a que todos devem viver.

O segundo ponto citado pela autora é que a cultura demanda expectativas das pessoas, no que se refere ao sentir, pensar e agir. São regras hegemônicas de comportamento que determinam o saudável e correto para todos, presentes numa sociedade onde aquele que não corresponde às expectativas e aos padrões é visto como problemático.

O terceiro ponto refere-se ao modo como a sociedade lida com aquelas pessoas consideradas fora das regras, que as questionam e as refutam, ou que demandam novos modos de pensar e agir. O modo recorrente é procurar, e encontrar, no indivíduo as causas que explicam os comportamentos tidos como sintomas de doenças e tratar com remédios.

A autora (ibid) nos faz refletir que a dinâmica social ao mesmo tempo que representa um forte motivo para o adoecimento também nos impõe a cura rápida por meio de medicação.

No que se refere à educação escolar, verifica-se um crescente aumento da medicalização em alunos tidos como problemáticos e difíceis porque não aprendem, apenas permanecem na escola sem se apropriarem do que lhe é específico. (COLLARES, C. L. & MOYSÉS, M. A. A. 1994, 1996; COLLARES, C. L., MOYSÉS, M. A., RIBEIRO, M.C.F. (orgs), 2013; Dossiê sobre Medicalização da educação e da Sociedade, 2011). A medicalização vem, portanto, encobrir as possíveis causas de dificuldades escolares, decorrentes de aspectos pedagógicos e culturais e atribuir ao aluno as causas de suas dificuldades.

Ana Bock (2003, p. 83) fala em “cumplicidade ideológica” para se referir à articulação entre psicologia e educação para responder ao fracasso escolar com a “culpabilização da própria vítima” (Ibid, p. 86).

Com a adoção da patologização e medicalização de alunos que não correspondem às expectativas de professores, gestores escolares e famílias, assistimos ao retorno de teorias organicistas que explicam uma condição ao atribuí-la ao aspecto orgânico, do indivíduo, vindo a culpar a vítima, o aluno que não aprende.

Historicamente, as teorias explicativas sobre o fracasso escolar lançam mão de argumentos que variam de incapacidades genéticas a ausências de condições sociais e culturais das famílias. A psicologia Diferencial e a Teoria da Carência Cultural são grandes exemplos de modelos explicativos que, de modos específicos centralizam no aluno a responsabilidade pelo seu fracasso na escola. (PATTO, 2000, p. 27-75)

Esse modo de entender o fracasso escolar traz a mensagem implícita de que a educação é um fenômeno neutro e, portanto, exime todos os sujeitos do processo educativo da responsabilidade pela formação, no aluno, das funções psicológicas superiores construídas na interface do ensino e da aprendizagem.

De acordo com Vigotski (2003), as funções psicológicas transformam-se de elementares a superiores com a mediação do ensino, de um adulto ou criança mais experiente; o mesmo se dá com os conceitos que se transformam de espontâneos a científicos com a mediação do ensino. A teoria histórico-cultural, inaugurada por Vigotski, atribui grande valor ao ensino e à parceria entre professores e alunos na formação da consciência.

Ao nos apropriarmos de sua teoria na tentativa de compreender a complexidade do fracasso escolar, procuramos enxergar na relação entre ensino e aprendizagem, no contexto escolar e social os elementos explicativos desse fenômeno. De tal modo, passamos a questionar argumentos que recaem sobre uma possível condição do aluno e a considerar a dinâmica escolar, educacional e social como produtoras do fracasso escolar.

A patologização e a medicalização servem, portanto, para encobrir situações inadequadas para a concretização da aprendizagem e do comportamento de estudo. Com isso não estamos a desconsiderar os aspectos biológicos presentes na constituição humana, mas, a considerar nossa condição de seres sociais, constituídos social e historicamente.

Assim, para além das explicações organicistas para os comportamentos de alunos concretos que diferem do ideal, para além da medicalização que produz tantos efeitos colaterais, precisamos compreender as contradições presentes no processo de ensino e aprendizagem e as multideterminações que envolvem a subjetividade e a experiência escolar.

Quando analisados superficialmente, projetos de lei tais como (PL 3.040/2008, PL 5.700/2009, PL 4.933/2009, PL 7.081/2010) e a Lei 13438/2017 para prevenção, acompanhamento e tratamento de dificuldades escolares podem indicar preocupação e cuidado com o aluno em dificuldade. Contudo, um olhar mais atento leva ao entendimento de aspectos que não se referem propriamente ao bem estar do aluno; o crescente lucro da indústria farmacêutica, das clínicas e profissionais que realizam as avaliações psicológicas, pedagógicas e fonoaudiológicas, a saga do aluno e sua família na busca de uma resposta neurológica para um problema de aprendizagem e as reações adversas a curto, médio e longo prazos decorrentes do consumo de remédios são aspectos a serem longamente discutidos e enfrentados se buscamos oferecer uma educação de qualidade a todos os alunos.

Identificar o conhecimento e a concepção que professores e gestores do ensino fundamental do município apresentam sobre a relação entre fracasso escolar, patologização e medicalização, bem como sobre projetos de lei que tratam desse assunto e a Lei 13.438/2017 é um primeiro passo a ser realizado no sentido de buscar melhores condições de ensino e aprendizagem, bem como de amenizar os impactos deletérios do uso, por alunos, de medicamentos controlados que levam à dependência e não promovem melhores condições de ensino e aprendizagem.

Assim, a relevância deste projeto de iniciação científica está na possibilidade da construção conjunta de meios de enfrentamento aos processos de patologização e medicalização da experiência escolar.

METODOLOGIA

Este projeto de iniciação científica será realizado por meio de pesquisa exploratória, a partir de pesquisa bibliográfica e estudo de campo, com entrevistas estruturadas e aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas a professores e gestores do ensino fundamental I e II, do município de Presidente Epitácio, estado de São Paulo.

Para tanto, os materiais a serem utilizados são livros e Leis para estudo do tema, computador e papel para elaboração e impressão de questionários.

O discente deverá visitar as escolas do município para agendar e realizar entrevistas e aplicar os questionários, antes, porém, deverá apresentar o termo de consentimento livre e esclarecido..

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise das entrevistas e dos questionários realizados com professores e gestores, serão oferecidas palestras nas escolas participantes com a intenção de divulgar os dados, bem como propor reflexões sobre o tema medicalização e patologização da educação.

Entende-se que, de certo modo, divulgar e refletir sobre esse tema acarreta inovações nas práticas educativas de professores e gestores que lidam com alunos que não conseguem aprender em sala de aula. Avançar no entendimento sobre o fracasso escolar e entendê-lo como fenômeno multideterminado, para além das explicações organicistas, é avançar em direção a uma escola democrática e de qualidade.

Para a disseminação dos resultados vai ser feito um agendamento das palestras nas escolas cujos professores e gestores participaram da pesquisa. O resultado está em andamento.

CONCLUSÕES

A partir da análise das entrevistas e dos questionários realizados com professores e gestores, serão oferecidas palestras nas escolas participantes com a intenção de divulgar os dados, bem como propor reflexões sobre o tema medicalização e patologização da educação.

Entende-se que, de certo modo, divulgar e refletir sobre esse tema acarreta inovações nas práticas educativas de professores e gestores que lidam com alunos que não conseguem aprender em sala de aula. Avançar no entendimento sobre o fracasso escolar e entendê-lo como fenômeno multideterminado, para além das explicações organicistas, é avançar em direção a uma escola democrática e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B. **Psicologia e educação: cumplicidade ideológica**. In: MEIRA, M. E. M., ANTUNES, M. A.M. **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003

BRASIL. Câmara dos Deputados. PROJETO DE LEI Nº 7.081, de 2010 Apensados Projetos de Lei nºs. 3.040/08, 4.933/09 e PL 5.700/09 Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1343620. Acesso em 29/11/2017.

COLLARES, C. L., MOYSÉS, M. A., RIBEIRO, M.C.F. (orgs). **Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na Era dos Transtornos**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

COLLARES, C. L. & MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar - ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez Editora, 1996

COLLARES, C. L. & MOYSÉS, M. A. A. **A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (A Patologização da Educação)**. Série Ideias (23), São Paulo: FDE, 1994

Dossiê sobre Medicalização da educação e da Sociedade, 2011. Disponível em www.medicalizacao.com.br. Acesso em 19/11/2017.

Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, 2010. Disponível em www.medicalizacao.com.br. Acesso em 13/11/2017.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

VIGOTSKI, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.